

ANTONIO NOTARIANO JR.

Advogado. Mestre e doutorando em Processo Civil pela PUC/SP. Membro do corpo docente do curso de pós-graduação *lato sensu* da Faculdade de Direito de Itu – FADITU, da graduação da UniFMU em São Paulo e do curso de Anglo-Triumphus de Sorocaba.

GILBERTO GOMES BRUSCHI

Advogado. Mestre e doutorando em Processo Civil pela PUC/SP. Membro do corpo docente do curso de pós-graduação *lato sensu* da Faculdade de Direito de Itu – FADITU e da Universidade Mackenzie. Professor no curso preparatório para carreiras jurídicas da Rede de Ensino Luiz Flávio Gomes – LFG. Sócio efetivo do Instituto Brasileiro de Direito Processual – IBDP.

Agravo Contra as Decisões de Primeiro Grau

De acordo com a Lei 11.187/2005

Prefácio
José Miguel Garcia Medina

Editora Método

SÃO PAULO

347.958(81)
N899a



SUMÁRIO

1. Introdução	11
2. Pronunciamentos judiciais	13
2.1. Formas de impugnação aos pronunciamentos judiciais	16
2.2. Principais princípios recursais	17
2.2.1. Duplo grau de jurisdição	17
2.2.2. Taxatividade	19
2.2.3. Singularidade (cabimento de um único tipo de recurso correspondente ao pronunciamento)	20
2.2.4. Fungibilidade recursal	22
2.2.4.1. A correta interpretação do princípio da fungibilidade e o direito comparado	23
2.2.4.2. Dúvida sobre qual o recurso cabível	25
2.2.4.3. O prazo para interposição do recurso	25
2.2.4.4. Competência para a aplicação do princípio da fungibilidade	26
2.2.5. Proibição da <i>reformatio in pejus</i>	28
3. O agravo contra as decisões de primeiro grau	31
3.1. O agravo de instrumento	33
3.1.1. Procedimento	33
3.1.1.1. Interposição	33
3.1.1.2. Peças para a formação do instrumento	37
3.1.1.3. Preparo	40
3.1.1.4. Processamento nos tribunais	43
3.1.1.5. Juízo de retratação	50
3.1.1.6. Julgamento do agravo	52
3.2. O agravo retido	53
3.2.1. Interposição	54
3.2.2. Processamento e juízo de retratação	55
4. As decisões proferidas em audiência de instrução e julgamento e o agravo retido oral	51
4.1. Momento adequado para a interposição, resposta do agravado e juízo de retratação	61
4.2. Algumas questões polêmicas sobre o agravo retido oral	65
5. O agravo de instrumento e a regra geral de conversão	69
5.1. Decisões posteriores à apelação (inadmissibilidade e efeitos)	70

347.958(81)
N899a



5.2. As decisões que acarretam perigo de lesão, grave e de difícil reparação	72
6. Casos em que o agravo retido seria inócuo	75
7. O efeito suspensivo e a tutela antecipada recursal	85
7.1. O efeito suspensivo e o agravo de instrumento	85
7.2. O efeito ativo	88
8. A reforma da decisão do relator (art. 527, parágrafo único, do CPC)	95
8.1. O pedido de reconsideração	95
8.2. Meio de impugnação a decisão do relator (inciso III do art. 527 do CPC) - antes da Lei 11.187/2005	101
8.3. O mandado de segurança contra ato judicial	107
9.O direito intertemporal e a Lei 11.187/2005	111
Bibliografia	117
Anexos	121
Anexo 1 - Quadro comparativo	121
Anexo 2 - Nova disposição do agravo contra as decisões de primeiro grau	123
Anexo 3 - Exposição de motivos do PLC 72/2005	124
Anexo 4 - Lei 11.187, de 19 de outubro de 2005	128

